

ESP Apontada distorção em Serra Pelada

30.12.83 Cumprindo sua segunda legislatura como deputado federal, depois de desempenhar, em três outras, o mandato estadual na Assembleia gaúcha, Hugo Mardini foi, no ano passado, vice-líder e depois líder do PDS, substituindo Cantídio Sampaio. Na sessão legislativa encerrada no último dia 5, desempenhou a presidência da Comissão de Minas e Energia da Câmara. Por isso tomou a iniciativa de visitar Serra Pelada, em companhia de outros integrantes da comissão. Ao retornar, concedeu entrevista a *O Estado de S. Paulo*, resumindo impressões e analisando problemas vinculados a estudos em que se detém, no propósito de oferecer soluções capazes de equacioná-los corretamente.

"Levei a Serra Pelada meus companheiros na Comissão de Minas e Energia — esclarece Mardini. — Quería que vissem de perto as dificuldades existentes lá. Minha intenção era buscar uma fórmula de composição para o conflito que se estabeleceu no local: alguma coisa parecida com uma cooperativa de mineração, que permitisse, mediante entendimento com a Docegeo, titular do direito da lavra, a participação dos garimpeiros na exploração da jazida."

Hugo Mardini pondera: "Mas, embora o governo tenha levado em consideração a necessidade de garantir o trabalho do numeroso contingente dos que afluíram a Serra Pelada, a grande maioria deles vêm operando como empregados de uns poucos exploradores, os chamados 'donos de barrancos', os quais controlam mais da metade da produção total". Os percalços opostos à lavra mecanizada e as observações *in loco* levam-no a afirmar: "Não sei se vale a pena manter o atual estado de coisas e permitir que os 'donos dos barrancos' enriqueçam à custa dos esforços de milhares de garimpeiros".

Indo mais longe, o parlamentar gaúcho defende a necessidade de que se sancionem leis aptas a dar segurança às empresas nacionais dispostas a atuar com tecnologia moderna na exploração do ouro, utilizando equipamento adequado ao aproveitamento integral do minério, seja onde é mais concentrado, seja onde suas reservas atingem teores mais baixos — desprezados pelo garimpo. "Para que essa segurança exista de fato — lembra Mardini — cumpre garantir a tais empresas que as reservas concedidas mediante expedição de alvará serão preservadas. Não haverá, porém, como induzi-las a investir em mineração sem que haja meios de defendê-las das invasões de garimpeiros, freqüentemente estimuladas e mesmo organizadas pelos 'donos de garimpos', caracterizando um processo de autêntica pirataria. Convém registrar que garimpo não pode ter dono, visto como garimpagem é atividade individual."

Mardini está consciente de uma realidade que se repete com freqüência na atividade do setor: "Os piratas têm o hábito, não raro bem-sucedido, de contratar grande número de homens, que invadam áreas de lavra já registradas; e acabam afastando aqueles que as exploram com título legítimo, pois em nome deles foi expedido o alvará competente". Ele faz saber que a Comissão de Minas e Energia se dedicará à revisão de leis que constituem o que seria o código mineral brasileiro, "muitas dessas leis defasadas e comprovadamente conflitantes com o que ocorre no setor, nestes dias". Assim, foi marcada para a terceira semana de março do próximo ano uma série de reuniões que comporão o 1º Fórum Nacional sobre Política Mineral. Do congresso surgirá, revela Hugo Mardini, "uma tabela de prioridades para a política de mineração no Brasil".

O presidente da Comissão de Mi-

nas e Energia informou ainda que pretende regular por intermédio de normas rígidas, que na prática não poderão ser violadas, o monopólio estatal da compra e da comercialização do ouro no País: "Atualmente, das cem toneladas/ano produzidas, apenas 50% se comercializam legalmente. Com o monopólio, o governo pagaria o preço do mercado, mas teria maior controle sobre as taxas, cobrando o imposto único sobre minerais (1% do valor da operação), além de recolher regularmente o IPI e o ICM".

Na sessão legislativa encerrada no início deste mês, a Comissão de Minas e Energia realizou o 1º Seminário Nacional sobre o Carvão Brasileiro, uma mesa-redonda sobre política tarifária de energia elétrica e o 1º Simpósio Nacional sobre Alcool Combustível, cuja utilização em motores de veículos pesados foi defendida.

Mas a atenção do deputado Hugo Mardini concentra-se especialmente na mineração de ouro, processada dentro de bons padrões de know how; classifica-a de "poderoso fator de redenção nacional". Ele encerra sua entrevista com um exemplo: "Em Serra Pelada, o uso de máquinas permitiria aproveitar pelo menos 90% do minério existente. Com o trabalho manual, há perda elevada de ouro mais fino".